

IPANEMA, EQUIVOCIDADE: DEAMBULARES NARRADOS

Danichi Hausen Mizoguchi
Professor das Faculdades Integradas Maria Thereza
Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense
Endereço eletrônico: danichihm@hotmail.com

Avizinha-se uma questão: que pequenas lutas agenciam, são agenciadas e resistem aos muros e grades que a cada dia mais se espraiam pelas cidades contemporâneas? A partir da demarcação da intriga, os caminhos possíveis são infindos: nada há que permita à ditadura do caminho único e verdadeiro a supremacia sobre as milhares de veredas que dela bifurcam e se distanciam. Não obstante, cada trabalho demanda a criação de uma metodologia que lhe seja digna, uma estilística que a ele se ponha em diagonal. Há, pois, a cada problema que se atravessa, a imposição de uma estética do percurso de resposta. Questão de forma, talvez. Questão de estilo, certamente.

Se assim é, fazem-se necessárias invenções de modos singulares para cartografar a cidade contemporânea e as vidas que se cercam e pulam seus muros e grades: algo que, conjugando o rigor e a anexatidão, autorize a que os atravessamentos, paradoxos e embates da experiência urbana sejam postos na vitrine comum dos modos de dizer.

A aposta recai sobre aquilo que, na terminologia utilizada pelos geógrafos, é chamado de cartografia: o desenho que acompanha e se faz simultaneamente aos movimentos da paisagem. Alongada a outros campos, toma a acepção da produção de conhecimento que se dá numa zona de dupla captura entre singularidades: um corpo curioso e um mundo que o atiga. Sendo fabricada em tal zona, a cartografia presta-se a escapar dos grudentos decalques pré-fabricados sempre prontos a serem aderidos a toda e qualquer superfície, diminuindo a miríade dos registros a um punhado de expressões prêt-à-porter. Procedimento de pesquisa e tessitura de conhecimentos que autoriza a que a polifonia estética seja posta à baila no plano dos saberes. Ancorada no real, a experiência de cartografar alastra-se também às cidades: encontros, sensibilidades e afetações que findam por engendrar urbanidades inauditas. No limite, trata-se de devolver sensibilidade a algo que sensível sempre foi.

Foi numa zona parda entre a questão e a metodologia que se produziu uma narrativa sobre o bairro de Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Mostra-se, neste texto, a criação de uma paisagem escrita a partir da errância e da atenção à minúcia do cotidiano: a cartografia resultante do atravessamento sempre singular de determinada região. A produção de uma psicologia social autorizada a, cada vez mais, afastar-se do tédio da neutralidade científica e aproximar-se da estilística poética.

Na edição noturna do noticiário local o problema mereceu um bloco inteiro: um trecho das grades que rodeiam a praça General Osório houvera sido arrancado. De saída, na abertura do programa, o anúncio é feito em tom grave pela jornalista âncora. Junto à má fase do Botafogo, ao blog do prefeito César Maia e ao assassinato de mais um adolescente na Pavuna, o assunto é tido como de fundamental importância aos que através da edição do jornal televisivo fazem o povo compartilhar a urbe.

Intercalados aos blocos de notícias vão ao ar os comerciais: o provedor de internet anunciando o acesso ininterrupto a um mundo sem fronteiras por apenas

algumas dezenas de reais mensais, a marca de refrigerantes avisando que imagem não é nada e que sede é tudo, o revendedor de automóveis convocando ao feirão do próximo final de semana. Informações passam: previsão do tempo, campanha de vacinação, especialistas em ciências do comportamento explicando acidentes automobilísticos.

Quase ao final do programa, no derradeiro bloco, a apresentadora sisuda reintroduz a notícia: “Descaso. Na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, um trecho das grades foi arrancado. Provavelmente ato de delinquentes e mendigos que por ali vivem, expressa os perigos de uma cidade abandonada pelo poder público”.

O elegante repórter – fatiota, barba bem aparada, cabelo modelado em gel - quase repete as frases da senhora do estúdio e convoca o telespectador a ouvir as verdades ditas por populares praguejando em seus relatos. “Isso é coisa desses desocupados”, pragueja um senhor de bigodes, que segue: “Eles pedem ajuda. A gente dá dinheiro, dá comida, mas não adianta. Aí fica a praça assim. Qualquer um entra lá. Não dá prá cuidar. Fica sujo. A gente quer passear, conversar, encontrar os amigos, mas é complicado”. A jovem empresária aumenta o tom: “Aqui nós pagamos um IPTU altíssimo. É um absurdo a prefeitura não fazer nada. Tem uma guarita da polícia logo ali, na esquina da praça. Será que ninguém vê nada? Só não vê se não quiser ver...”. A dona de casa, cheia de asco, é definitiva: “Eles fazem de tudo à noite lá. Comem, dormem, usam drogas e devem até manter relações sexuais. Eu e meu marido já quase nem saímos de casa mais à noite. Vamos à padaria, compramos nosso pãozinho, e só”. Entre os pequenos discursos, imagens das conseqüências do ato delinquentes: um rombo, rompante nos intentos da mesmice de uma paz silenciosa e silenciadora.

Aquelas vozes ecoam nos milhões de televisores espalhados pelo estado do Rio de Janeiro no começo de uma noite qualquer. Vozes que usam e abusam das várias variáveis da primeira pessoa do plural: “A gente...”, “nós...”, “eu e meu marido...”. Formulações evitativas, temerosas, clamando pelo controle policial. Vozes que fazem urgir a demanda por cidadelas. Clamores à ordem pública: o lixo produzido todo dia deve ser extirpado. A composição de um espaço heterogêneo – o bodum que denuncia a artificialidade do perfume francês, a carapinha que endoa a precariedade dos alisamentos progressivos, o pão dormido que faz amargo o doce dos brioques - deve ser freada: “Recomponham as grades, por favor!”.

São vozes que falam de sujeira, de cuidado, de impostos, de nojo, de polícia, de medo. Roucos ou límpidos, os gritos e sussurros pedem algo: que se reforcem as fronteiras, que se montem sutis cidadelas. Há um espaço a ser zelado, em defesa da sociedade. Uma estranha identidade – a primeira pessoa do plural cada vez mais mínima - deve ser alimentada, para o bem estar dos cada vez mais exclusivos cidadãos de bem.

Três dias depois da notícia ser veiculada, as grades estavam repostas. Aqueles que dela arrancaram um pedaço, porém, ainda estavam lá, de corpo presente. A reportagem acabara, mas o imbricado embate entre o segmento e o fluxo continuava. Imagens que não chegam aos senhores e senhoras comendo pipocas atirados em suas poltronas defronte à televisão explicitam a força de uma batalha diminuta e concreta. Uma batalha à meia-luz. Uma batalha vivaz.

Um aparelho televisor opera única e exclusivamente com luzes e sons. Captação de raios e ondas pela câmera; disseminação de raios e ondas pela tela e pela caixa de som. Iluminação e barulho, componentes de um maquinário o qual se presta a fazer ver, ser visto, falado e ouvido. Formadores de opinião, a opinião pública. Estatísticas, as maravilhas da interatividade, a voz do povo. Tantos por cento da população a favor disso ou daquilo – a maioria penal, o estatuto das armas, o favorito para o clássico de domingo. Assuntos em pauta: aquilo que a comunidade vê, ouve e discute – ou mais:

deve ver, ouvir e discutir. “Descaso. Na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, um trecho das grades foi arrancado”. Contra o descaso, luz e som clamando por cuidado. Pela liberdade de um passeio tranqüilo, pelo algo mais além dos passos rápidos de idas e voltas à padaria, pela merecida recompensa pelo valor pago de IPTU, pela boa vida dos cariocas de bem, amantes da rua. Por tudo isso, as vozes divulgadas no telejornal pedem que as grades sejam repostas.

Mas para além das vozes uníssonas que se noticia, rastros de uma outra cidade se apresentam no dia-a-dia das redondezas da praça General Osório. Uma cidade sem a amplificação dos microfones, sem os pixels do televisor. Uma cidade em breu, polifônica e quase invisível.

Humberto Gessinger certa vez escreveu: “Toda vez que falta luz o invisível nos salta aos olhos” (Gessinger e Licks, 1991). Momentos em que os homens infames saem de onde sempre estiveram. Ou melhor, de onde só saem quando, iluminados por breves instantes, entram em choque com o poder e se fazem visíveis. O estranhamento e a inverossimilhança de vidas destinadas a não deixar rastros retorcendo-se em estridentes e quase instantâneos momentos de obscuros embates. Entre a iluminação azulada e veloz da televisão e a iluminura de uma paisagem que soube esperar pelo tom de suas tintas, algo se passa.

No jogo de vozes e luzes do noticiário local, seus rostos e timbres não tiveram vez. Aos jornalistas pouco importou os partícipes da ação: tão somente trataram de fazer reverberar e iluminar aqueles que sob as luzes sempre estão e estiveram: dóceis sujeitos clamando por evitação. Mas, mesmo que mudos e sem rosto, na tela vítrea onde tudo passa e nada cola sua ação fez-se notícia: “Na praça General Osório, em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, um trecho das grades foi arrancado”, disse a macambúzia jornalista a um mundo de cariocas. E ponto final.

Ou, talvez, reticências...

No negrume sem câmeras da madrugada de um dia de semana qualquer, o invisível salta aos olhos e uma voz ecoa na calçada em frente à praça: “Tão vindo! Tão vindo!”. O jovem mirrado e negro alcagüeta aos amigos a presença ostensiva da polícia. O grupo de rapazes pulara as cercas da praça. Nela, fumavam maconha, aspiravam uma mistura solvente qualquer, conversavam, riam às gargalhadas. A dupla de policias xinga o delator e corre, cacetetes à mão. Os garotos saltam a cerca e ganham a rua. Correm bambos, com as carnes magras sofrendo pra sustentar a cabeça entorpecida. Somem rua Jangadeiros acima, em direção ao morro do Cantagalo. Os policias param. Agora são eles que riem: acham graça do desespero dos fujões.

São os bastidores do confronto exibido em horário nobre: making off, no qual os atores mostram dados esquecidos – erros, imperfeições, improvisos – pela reportagem. Personagem principal da guerra, a trincheira segue lá, muda, mas incessantemente agenciando a cena.

Pelo mesmo lugar onde os moleques escaparam, num final de semana de céu estrelado e temperatura agradável, comensais desfrutam a suposta revitalização da praça: o novo pólo gastronômico da rua Jangadeiros. Mesas e cadeiras na rua, pedem chopes, petiscos, batidas. Jovens casais, velhos amigos, recém conhecidos: todos comem, bebem e conversam. Enquanto fartam-se, no lado oposto da praça – sessenta ou setenta metros de hiato - grupos de sem-teto dividem os macaquinhos. Entre os comensais dos petiscos e bebidas e aqueles que comem de favor, um enorme vão gradeado. A praça, tarde da noite, é território de ninguém. Absolutamente nada acontece ali. Morta de vazio, fenecem todos os encontros e roçagares que se pode imaginar: um bater de carteira, um olhar, palavras de carinho ou safanões. A pergunta vem fácil: a que vida prestaria contas a tal revitalização? A resposta é difícil de se dar: talvez a vida de

uma cidade que quer controlar a casualidade e o lixo a partir de incrementos de capital. Mas talvez haja uma outra vida a revitalizar a tal cidade...

Cheirando à cachaça, cola e maconha, os moleques de olhar desconfiado da praça General Osório sabem melhor do que ninguém o peso político de sua ação. Indagados, dias depois da desabalada carreira, um deles se apressa em responder com fina sagacidade: “Eu sei. A praça tem cerca prá gente não usar. É pros bacanas, pros gravatinhas. O guarda que fica ali no portão não deixa. Tem uma tia que me dá comida de vez em quando que diz que eu tenho que ir na escola. Eu tenho que ir na escola, mas não posso ir na praça”. Entre a obrigação e a impossibilidade, clareia-se o jogo da cidadania politicamente correta. O menino deve batalhar e se educar para arranjar um trabalho digno e subir na vida. Subindo na vida, a praça, talvez, seja dele também. Entre os que podem e os que sobram, a separação. Tal qual os anos de praia do vendedor de mate e a sensibilidade galhofeira dos cantantes populares, a experiência do menino morador de rua soube perceber: há uma fina fronteira entre uns e outros no bairro. Os meninos lutavam. Brigavam diariamente para não serem transformados em lixo social posto na calçada. Seus atos, sejam em trevas sejam sob o sol do verão, construía uma cidade. Para além das grades que organizam o território, ajudavam eles – com a criatividade das associações - a construir uma cidade que se esgueira por entre as barras e se faz menos desigual. Mas não se engana: tais batalhas são árduas, cada vez mais.

Há, todavia, porosidade nas grades que circundam a praça General Osório. As fronteiras são previamente demarcadas, o clamor evitativo se esparge nos milhões de lares fluminenses, mas há algo que passa. Mesmo quando as cercas estão imaculadas em sua completude, há algo que, como se esgueirando por entre os vãos, avança. Por preguiça, capricho, desejo ou desatenção dos responsáveis, os portões da praça nem sempre são vigiados. A filtragem, ali, não é ininterrupta. Talvez porque seja impossível definir com exatidão quais podem fluir por lá e quais não.

Uma criança de olhar simultaneamente curioso e insolente flagra um catador de latas. A mãe de olhar assustado encontra o mesmo personagem. Uma idosa em cadeira de rodas, acompanhada por sua enfermeira. Carregadores de telhas cortando caminho. Um estudante e seu caderno de anotações. Cenas de uma manhã outonal – fresca e ensolarada – sob a sombra das amendoeiras no lado de dentro da praça General Osório.

Passeando com o cachorro guaipeca no lusco-fusco de uma sexta-feira, o jovem universitário encontra o insano paranóico. Tirante a barba desgrenhada, nada ou quase nada que fizesse crer em semelhanças entre ambos. Um: camiseta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o cabelo molhado denunciando um banho recente, a docilidade de um animal doméstico como companhia. Outro: bermudas puídas, chinelas velhas, o torço nu, nós nas melenas e odor catínguento, a solidão de quem sempre tem companhia. No exato ponto onde caminhos opostos se cruzam, o diálogo é rápido: “O tomate subiu porque o Lula quis”; “É, tá foda”; “Não chove porque o Lula não quer”; “Tá foda. Tem que chover logo. Muito seco, bicho”. Antes dos passos apressados e a engraçada sentada na borda do chafariz desativado, a despedida insana: “Vou embora, tenho compromisso”; “Tá certo. Tchau”.

A inflação, o clima. A barba mal feita e a praça. Para além de espelhos e primeiras pessoas do plural, um encontro. O claro/escuro da fotografia cinematográfica assoma na paisagem.

No final de uma manha nublada qualquer, o garoto que não pode entrar na praça mas deve ir na escola pede esmolas. De sentinela no portão, a dupla de policias estanca movimentos indesejados. Sentado na calçada da Visconde de Pirajá, recostado nas grades ao lado de um amigo, o moleque cumpre o turno de um trabalho dito indigno.

Ele deseja bom dia, pede trocados, agradece. Pingam algumas moedas, poucas notas. O suficiente, já, para a quentinha do almoço.

Na esquina, a marcha de duas colegiais, provavelmente recém saídas da sala de aula de algum dos colégios das cercanias. Garotas de Ipanema num doce balanço a caminho de casa. Mochila às costas, pasta na mão, saia e camiseta da rede pública de ensino, andam sorridentes e fofoqueiras em direção à praça. “Oi, meu amor!”; é um dos meninos molambentos passando a cantada. “Mas que maravilha, neguinho! Virou desfile...”; é a investida do outro. Uma das meninas sorri amarelo e baixa o olhar, vexada; a outra passa séria, nariz empinado, quase ofendida. Atravessam a praça. Enquanto andam, os meninos as seguem com o olhar. Após alguns metros no espaço quase vazio – de gente, de encontro, de acaso - saem no portão do lado oposto. Seguem seu caminho. Talvez falem das provas, do novo namorado da amiga, da novela. Talvez falem nos meninos com os quais, lá do outro lado, acabaram de cruzar. Ditas, desditas, inconformidades ou inauditas mudanças. Enfim, algo. Um acontecimento qualquer.

Domingo é dia de Feira Hippie na praça General Osório. Tapetes de patchwork, acarajé, jóias de latão, camisetas declarando amor ao Rio de Janeiro, quadros retratando favelas. Turistas, reis da praia, suburbanos, bêbados discursando. Sempre, a cada final de semana, muita gente freqüenta a praça a fim de comprar as bugigangas e petiscos. A grade, sempre ela – um ator e seus vários personagens - também está lá, agindo e marcando a ferro as possibilidades de ocupação do território.

Estranha disposição a das barracas, espremidas no lado de fora da praça. Dentro, somente os artistas e seus quadros. Pouquíssima gente circulando ou sentada nos bancos, enquanto um mundo ferve do lado externo. Pessoas que esbarram umas nas outras e reclamam da falta de educação alheia, pessoas que trocam informações sobre um ou outro produto a mostra e se agradecem sorridentes. Amigos que se encontram e marcam um almoço prá semana, uma criança espantada ao se defrontar com um mendigo recolhendo o lixo da barraca onde comeu uma cocada.

Quando cai a noite e a feira finda, sob a garoa guardas municipais trancam os portões da grade. E mais uma madrugada de embates se anuncia.

A algumas centenas de metros dali, no portão que dá acesso à praça Nossa Senhora da Paz, no coração do bairro de Ipanema, uma plaqueta faz adivinhar a perversa hospitalidade: “A praça é de todos nós”. Adornando o aviso, a indicação do ato publicitário de duas instituições famosas: Prefeitura do Rio de Janeiro e CityBank.

O transeunte que, saindo da praça General Osório – fim de feira, início de semana - toma a Visconde de Pirajá em direção ao centro do bairro de Ipanema cruza com algo que, na materialidade imanente de um território, talvez pudesse atender pela alcunha de todos nós. Aqueles que, dia a dia, vão e vem para lá e para cá fazendo em Ipanema o que quer que seja: ônibus lotados na hora do rush, dondocas entrando e saindo dos coiffeurs, camelôs e suas ofertas em profusão, religiosos pregando em altíssimo volume, meninos de rua se estapeando, panfleteiros, executivos bem e mal sucedidos. Todos.

Tomando como via a Barão da Torre, o andarilho também vê todos nós – e todos são cada vez mais: nordestinos e aviõezinhos do tráfico no sopé do morro, aposentados tomando a fresca, crianças choramingando, desempregados bebendo pinga e cerveja em pés-sujos. Todos.

Os passos que por duas vias fizeram o caminho entre as praças General Osório e Nossa Senhora da Paz fazem perceber outra tendência. Os segmentos – rígidos, finos, exibicionistas, dissimulados - seguem um clamor público: todos nós somos cada vez mais atos que produzem e afirmam exclusividades.

Emparceirados, a iniciativa privada e o Estado trataram de adotar a praça Nossa Senhora da Paz. Jardins bem cuidados, animais bem tratados. Sempre limpa, satisfaz aquele que senta no banco para ler, trocar idéias ou pensar na vida. Com seus brinquedos bem conservados, faz a alegria das crianças e de suas babás nas agradáveis manhãs. O mini-zôo não fica atrás. Assim é a praça de todos.

Todos? Se já se definiu por andanças em diversas vias do bairro – definição mais de potência do que de limite, aliás - quem seriam todos, o que na praça, significaria a sugestiva e polêmica palavra? O dito da plaqueta já seria o suficiente para provocar inquietação. Ladeado por grades, mais forte ainda torna-se a provocação. Todos? Quem são todos? Quem somos todos? A que coletividade referem-se as palavras postas na entrada da praça? A que maquinário pertencem as grades a rodear um espaço dito e propagandeado comum?

Mais compactas do que na sua vizinha General Osório, as fronteiras gradeadas da Nossa Senhora da Paz dão ainda menos vazão à porosidade. A paz que carrega no nome veste os trajes de um fino higienismo. Ali, nem todos são bem-vindos. Há mais macacos que não cabem naquele galho.

A parceria entre o poder público e a iniciativa privada opera o que alguns pedem: protege de quase tudo, mesmo que o quase tudo seja quase nada. Um medo disforme, um inimigo invisível, uma ameaça sem face. Ameaça onipresente. Traçando limites dentro dos quais é mais fácil a vigia, a praticidade seduz a muitos: selecionadas as incursões, o cidadão tranqüiliza-se; feita a aduana, o trabalho de policial torna-se mais fácil. A praça de todos nós funciona.

Estatelado no chão, o pedinte desprovido das duas pernas fica de fora. Ele sabe: ali a possibilidade de pingarem moedas é maior; questão de rentabilidade. Mas ele sabe também: se quisesse usufruir a praça, não poderia; questão de identidade. Enquanto ele fala, uma criança bem nutrida passa pelos portões da praça. Loquaz e tatibitate, fala sem parar acerca da cama elástica. Minutos depois, enquanto o deficiente físico agradece pelos cinquenta centavos recebidos, a menina gargalha com o salta-e-cai. Irradia risos quase violentos. É a alegria de quem acessa o que quer, subindo e descendo no ar. O contraste, dois metros de distância, é a conformidade silenciosa de quem, sem pernas, é obrigado a estancar.

O menino de rua mente. Finge não compreender o porque de não poder brincar na praça. Ele sabe. Diz que o policial não deixa entrar. Diz que ele até é legal, que não bate. Enquanto gagueja uma hipótese, a senhora aproveita o sol da manhã e lê o Jornal do Brasil. De tempos em tempos dá uma olhadela: quer ver se o casal de netos – da mesma faixa etária do menino de rua, diga-se rapidamente - está bem. Juntas, as três falsas ignorâncias compõem o quadro: o menino sabe porque não pode entrar; a avó sabe porque se permite ler o jornal mesmo com os netos distantes dezenas de metros; os netos sabem porque ali a liberdade é possível. Agenciando as falsas ignorâncias, a sapiência e o poder do policial armado de grades até os dentes.

Mas as olhadelas da avó, de fato, se justificam. A utopia da segurança não pode sustentar-se no seio da cidade. Há, ainda, algo que vaza, que passa como que por entre os vãos da grade. Algo que, mesmo indefinido, traz com sua visão o amargo gosto da instabilidade. Imagens que assustam os que se chamam todos nós ao mesmo tempo em que fazem crer numa benfazeja amplitude maior da expressão.

Enquanto sob a luz do sol forte um bando de crianças diverte-se com balanços e gangorras, suas mães e babás fazem passar o tempo, moleques batem bola no gramado bem aparado e velhos reúnem-se para ler jornais e conversar, nas sombras, dois mendigos dormem. No monumento central da praça, um outro tira o sapato e, preguiçoso, coça o pé. Uma pequena pluralidade de existências. Alvissareira imagem.

Mas, nesse mesmo momento, o olho otimista bate no guarda municipal defronte ao portão, barrando a entrada de cinco ou seis negrinhos. Bolas e cacetetes sob o braços, eles discutem. Mais um guarda chega, tentando controlar a situação. Após instantes, os meninos saem fulos. Aos palavrões, sua agressividade encontra pedras atiradas nos guardas. Afinal, vão embora. Saem sob a plaqueta: a praça é de todos nós. E vão sabendo: a praça não é deles. A ironia é uma das mais finas formas de humor. E talvez seja a mais perversa.

Ipanema, é claro, nem é nem nunca foi só felicidade. Demandas de reinvenção, de loteamento. Detecções de segmentaridades aqui e ali. Ipanema, a praia; Ipanema o bairro. Mas ali, na nesga de chão espremida entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e o mar aberto, por mais que se delimitem territórios - gradeados ou não -, desvios nomadizantes ainda fazem com que algo aconteça. Mais forte que o ferro, a fluência das gentes por entre os ocos ainda faz seguir o baile da banda de Ipanema: um bocado de felicidade, quiçá.

Referências:

GESSINGER, Humberto e LICKS, Augusto. *Piano bar.* Álbum Várias variáveis. Rio de Janeiro: 1991.